

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O alto preço de um Orçamento malfeito 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lições que a declaração do IR ensina (2) 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal cobrará PIS e Cofins sobre variação cambial 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Afinal, a quem serve a reforma administrativa? (2) 9

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma Tributária? Mais um engodo - PAULO RABELLO DE CASTRO 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Na reforma de fundos, Anbima sugere regras de gestão de liquidez 12

ESTADO DE MINAS - MG - COVID-19
SERVIDOR PÚBLICO

Áreas essenciais reclamam da exposição diária a riscos 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

11 anos no vermelho (3) 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lobby por socorro do governo soma R\$ 250 bi 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Afetados pela crise fazem lobby por socorro com impacto de R\$ 250 bi 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Escalada do preço do gás leva Congresso a debater subsídio 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Insegurança também na mesa (3) 26

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

O jogo bruto dos orçamentos (3) 27

O ESTADO DE S. PAULO - EMPREGOS E CARREIRAS
ECONOMIA

Riscos fiscal e político e crise sanitária impedem dólar de ficar abaixo de R\$ 5 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado de dívida privada cresce e é opção a juros baixos 31

Segunda-Feira, 19 de Abril de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

O cenário negativo para a renda dos mais pobres - SERGIO LAMUCCI 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Condições financeiras pioram e são nova ameaça à retomada 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
POLÍTICA

Em um ano, Bolsonaro pode trocar até 8 ministros para eleições de 2022 39

O alto preço de um Orçamento malfeito



ROSANA HESSEL

Um dos problemas do Orçamento de 2021 é o desequilíbrio entre receitas e despesas, pois a arrecadação prevista não é suficiente para fazer frente aos gastos. Essa confusão poderia ter sido evitada se a equipe econômica tivesse feito projeções de forma independente, focada em uma grade técnica de parâmetros macroeconômicos, ao invés de uma premissa para atender às conveniências do Palácio do Planalto e do Centrão.

Analistas ouvidos pelo Correio são unânimes em dizer que a equipe econômica subestimou os efeitos da segunda onda da pandemia no país. A desaceleração provocada pelo avanço da covid levou a economia brasileira, na primeira metade deste ano, a uma recessão técnica - quando há dois trimestres consecutivos com queda no Produto Interno Bruto (PIB). "O governo, ao subestimar a crise da saúde, gastou mais do que devia e não deu contrapartidas à altura, porque não procurou recursos para tantos gastos em um país com uma situação fiscal frágil e que destoa dos países emergentes" destaca a economista consultora Zeina Latif.

De acordo com o economista Braulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), além de subestimar a segunda onda da pandemia e não atualizar os parâmetros, o governo falhou ao não buscar medidas compensatórias para o aumento inevitável de despesas neste ano. Segundo ele, a busca de receitas extras poderiam gerar mais de R\$ 100 bilhões no caixa para cobrir despesas emergenciais. Uma delas é a inclusão da recuperação

dos R\$ 55 bilhões apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como fraudes no auxílio emergencial.

Outra medida proposta por Borges é a taxação de fundos fechados, pois eles são criados por milionários e não estão sujeitos a taxação como os demais fundos em que a maioria da população de renda média aplica. "O governo deveria estar mais empenhado em recuperar esses recursos do auxílio e dar uma satisfação para a sociedade e incluir a **Receita Federal** nessa operação para uma restituição dos valores recebidos indevidamente em 2020", afirma o economista.

Procurado pelo Correio, o Ministério da Economia foi sucinto na resposta. Afirmou que o "auxílio emergencial não é um tributo". "As providências quanto à recuperação desses valores são de competência do Ministério da Cidadania. A **Receita Federal** auxilia aquele ministério no cruzamento de informações e identificação de indícios de recebimento irregular, desde a primeira versão do auxílio emergencial", acrescentou a pasta, em nota.

Os especialistas ainda lembram que a peça orçamentária já prevê um rombo nas contas públicas de R\$ 247,1 bilhões, sem incluir as emendas adicionais dos parlamentares e outras despesas extraordinárias previstas, como os R\$ 44 bilhões para a nova edição do auxílio emergencial que começou a ser pago neste mês. Inevitavelmente, esse déficit primário, de 3,16% do Produto Interno Bruto (PIB), será maior por conta de outras despesas que devem aparecer. Projeções do BNP Paribas, por exemplo, indicam um saldo negativo para as contas públicas de 4,5% do PIB.

Planejamento falho

O economista Márcio Holland, professor e coordenador de Pós-Graduação em Finanças e Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), também critica a falta de coordenação do governo. Segundo ele, um dos principais problemas é a visível interferência na Secretaria de Política Econômica (SPE), que vem deixando de fazer uma grade de parâmetros mais realista para o desenvolvimento de uma estratégia de políticas públicas.

Na avaliação de Holland, o governo cometeu o mesmo erro com a nova edição do auxílio emergencial, porque não fez um desenho mais focalizado do programa. "Só para ter uma ideia, tem elegíveis que não vão receber

o auxílio e não elegíveis que vão voltar a receber", alerta. "Tanto governo quanto Congresso fizeram ativismo com o benefício, mas não se preocuparam na discussão sobre o público-alvo. Saíram gastando R\$ 350 bilhões que, a médio e longo prazos, terão impacto zero", lamenta. "São 10 anos de Bolsa Família em um programa muito mal desenhado, porque as autoridades não acreditaram na pandemia e apostaram no negacionismo", adiciona o acadêmico.

De acordo com Holland, a falta de um planejamento do governo é tamanha que, dos R\$ 20 bilhões previstos para a compra de vacinas, uma pequena parcela foi gasta agora. "Diante do agravamento da pandemia, o governo deveria ter isso como prioridade zero e estar comprando o máximo de vacinas possível", alerta. Conforme dados do Tesouro Nacional, dos R\$ 22,3 bilhões previstos para compra de vacina, R\$ 4,3 bilhões foram pagos, ou seja, 19,3%.

Para o professor da FGV, o volume de R\$ 55 bilhões de fraudes no auxílio identificados pelo TCU é consequência de um desenho inadequado de política pública que poderia ter impacto de longo prazo na economia. "Os policy makers erraram ao não desenhar adequadamente uma política para o auxílio emergencial, sem utilizar corretamente as informações do Cadastro Único, por exemplo. Não trabalham corretamente porque não acreditavam que a pandemia era grave e negaram a necessidade de uma política pública para a população mais vulnerável", lamenta.

Holland alerta que o custo desses erros de gestão terá impacto negativo no médio e longo prazos, pois custaram R\$ 400 bilhões a mais nas despesas da União do ano passado. "Esse dinheiro não caiu e será preciso um esforço maior para cobrir isso", aponta. Ele lembra que haverá despesas adicionais que devem ocorrer neste ano e podem agravar o quadro fiscal.

Assim como Borges, o professor da FGV não vê uma saída sem que o governo aumente a carga tributária para pagar o aumento crescente do endividamento público. Ele menciona países desenvolvidos que cogitam aumento de **impostos** para custear os enormes pacotes fiscais em custo. Nesse sentido, Holland sugere, por exemplo, uma revisão do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). "Um país com o tamanho do Brasil arrecada muito pouco perto do que poderia com o ITR", destaca.

Outra alternativa lembrada pelo especialista é uma alíquota temporária no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), elevando o teto de 27,5% para 30% por pelo menos cinco anos. "Esse tipo de contribuição vai ter que ser necessária e começar a cobrar mais imposto dos mais ricos parece fazer mais sentido para recuperar receita", defende Holland.

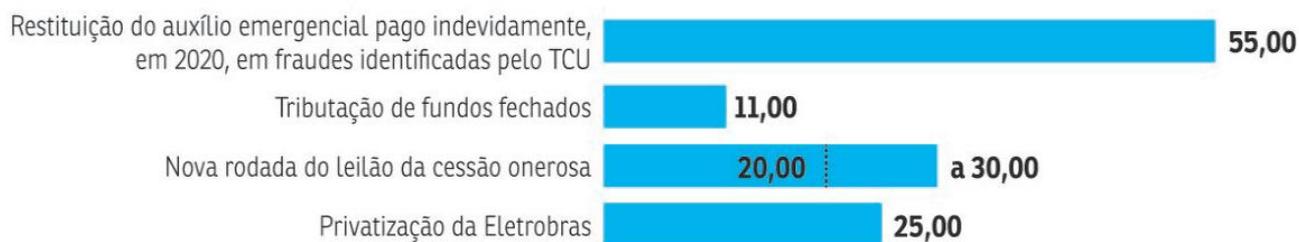
Equívocos na LDO Os equívocos da equipe econômica não ocorreram apenas na falha das previsões sobre os impactos da segunda onda da pandemia. Houve erros também na redação dos projetos, como o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021. Um dispositivo impede a emissão de despesas temporárias sem receita e precisa ser corrigido para que o governo possa emitir a medida provisória de recriação do Benefício Emergencial para a Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), uma das melhores políticas públicas da pandemia em 2020.

Uma saída viável

Pelo menos, cerca de R\$ 100 bilhões em recursos extras poderiam ser apontados no Orçamento se houvesse empenho do governo em buscá-los e utilizá-los no combate aos efeitos econômicos da pandemia, de acordo com o economista Braulio Borges, pesquisador do FGV Ibre

Veja algumas ações que poderiam ajudar no custeio de medidas emergenciais

Medida em R\$ bilhões



Total aproximado de receitas extras

111,00 a 121,00

Fonte: Economista Braulio Borges/FGV Ibre

Lições que a declaração do IR ensina (2)

Marcia Dessen *Planejadora financeira CFP®Certified Financial Planner*), autora de *"Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"*

Conhecer as regras da **Receita Federal** permite decisões de investimento mais assertivas

Não sei ao certo quantas pessoas preparam sua própria declaração do Imposto de Renda e quantas contratam um contador ou advogado para fazer isso. Se a amostragem que tenho estiver correta, a maioria terceiriza a tarefa e deixa de aprender lições valiosas em relação às suas finanças e algumas decisões de investimento.

Alguns aprendizados, se colocados em prática, podem corrigir enganos e aumentar os rendimentos dos contribuintes.

Quando Maria comprou um plano de previdência e escolheu a tributação da tabela progressiva, lhe disseram que, no resgate, pagaria 15% de Imposto de Renda na fonte. O que ela não sabe é que esse é o regime tributável.

Os rendimentos, embora tenham sido tributados na fonte, compõem a renda tributável na declaração de ajuste anual, aplicando-se a tabela progressiva de alíquotas sobre o total dos rendimentos tributáveis de Maria. A compensação do imposto retido na fonte pode gerar restituição ou paga mento adicional, como aconteceu no caso dela.

João investiu em fundos imobiliários de olho nos rendimentos isentos do Imposto de Renda. Mas não levou em conta a incidência de imposto de 20% sobre o ganho de capital na venda das cotas. Também se surpreendeu com a trabalhadeira para controlar; recolher o imposto e declarar essas aplicações.

No caso de fundos imobiliários, compete ao contribuinte calcular o ganho de capital líquido e recolher o Imposto de Renda via Darf no mês subsequente ao fato gerador. Adicionalmente, relacionar tudo na ficha Renda Variável da DIR PE lembrando que eventuais prejuízos só serão compensados em operações de mesma espécie.

Pedro investiu RS50 mil em PGBL animado com a possibilidade de reduzir o montante de Imposto de Renda devido. Entretanto, cometeu o equívoco de não observar o limite de 12% da sua renda tributável anual, que, no seu caso, foi de RS 200 mil.

Na declaração, conseguiu diferir RS 24 mil, o equivalente ao limite de 12% sobre RS 200 mil. Sobre os RS 26 mil excedentes pagará imposto duas vezes, neste ano, já que o valor não foi deduzido da base de cálculo do imposto e, novamente, no resgate. Considerando que o imposto é pago sobre o valor de resgate (capital mais rendimentos), o erro vai custar caro.

Ana resgatou sua aplicação em VGBL com retenção de 20% de IR na fonte. Ela não tem rendimentos tributáveis e tinha expectativa de que o valor retido na fonte fosse restituído na declaração anual, considerando ser isenta.

Entretanto, quando fez a aplicação, ela optou pela tabela regressiva, cuja alíquota é definida de acordo com o prazo da operação, e não pela faixa de renda do contribuinte. A tributação é exclusiva na fonte, definitiva, não sendo possível compensar o imposto na declaração de ajuste anual. Poderia ter optado pelo regime tributável.

Francisco fez uma grande reforma no imóvel residencial. Entre mão de obra e materiais diversos, gastou cerca de RS 100 mil. Na ficha de bens e direitos, poderá adicionar esse valor ao valor de aquisição do imóvel e guardar todos os comprovantes caso sejam solicitados pela **Receita Federal**.

Ao aumentar o valor de aquisição com as melhorias realizadas no imóvel, reduzirão valor do ganho de capital quando vender o imóvel e, por consequência, o imposto devido.

A pessoa responsável por preencher o formulário da declaração reporta transações já realizadas no ano anterior, não sendo possível reverter eventuais equívocos. Uma boa conversa com o contador ou advoga do no sentido de entender erros e avaliar oportunidades é uma excelente iniciativa.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49501>

Receita Federal cobrará PIS e Cofins sobre variação cambial



Bruno Habib: multinacionais temiam como a conta da tributação seria feita

Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** passa a orientar os fiscais do país a cobrar PIS e Cofins sobre a variação cambial positiva registrada na venda de participação em investimento no exterior por empresa brasileira. Os **tributos** incidirão ainda que se trate apenas de redução do capital social. Segundo a Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação nº 39, apenas o IRPJ e a CSLL não são devidos.

O tema interessa especialmente às multinacionais. Elas entendem que, nesse caso, a variação cambial não deveria ser tributada. Para os advogados que as representam, a mesma justificativa usada para afastar os 34% de IRPJ e CSLL serviria em relação aos 4,65% de PIS e Cofins.

No caso da consulta, uma empresa do setor de petróleo arrendou bens de sociedades holandesas do mesmo grupo econômico. Mas, em uma reorganização societária e patrimonial, agora avalia reduzir o capital social nessas controladas na Holanda. Assim, a companhia repatriaria parte do capital no exterior, detido pelas suas controladas, com o ingressos de divisas no Brasil.

Antes de realizar a operação, a empresa perguntou ao Fisco se seu entendimento está correto. Para a companhia, as variações cambiais positivas de

investimento no exterior, avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), se qualificam como "ajustes". Assim, elas compõem o custo do investimento e não influenciam a base de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS ou Cofins.

Na resposta, a Receita afirma que essas variações cambiais positivas, enquanto o investimento no exterior for mantido pela empresa brasileira, não são alcançadas pelo IRPJ ou pela CSLL. Isso por causa do artigo 77 da Lei nº 12.973, de 2014.0 dispositivo exclui a variação cambial referente a esse tipo de investimento da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Com a introdução dos critérios contábeis internacionais na legislação brasileira, a variação cambial de investimentos avaliados pelo MEP passou a ser contabilizada diretamente como patrimônio líquido, sem afetar as contas de resultado. Mas esses novos padrões contábeis determinam que a variação cambial deve ser transferida para o resultado da investidora no momento (exercício) da baixa, ainda que parcial, do investimento.

Ainda assim, a **Receita Federal** entende que a variação cambial mantém a sua natureza de contrapartida de ajuste do valor do investimento. Por isso, não incidem o IRPJ e a CSLL.

Contudo, o Fisco interpreta a situação de modo diferente em relação ao PIS e à Cofins. "As variações monetárias em função da taxa de câmbio são consideradas receitas financeiras e devem ser incluídas na determinação da base de cálculo do PIS e da Cofins", afirma. No regime tributário não cumulativo, a base de cálculo dessas contribuições é o total das receitas auferidas.

A resposta da **Receita Federal** é importante porque, historicamente, ela sempre tentou tributar a variação cambial. As grandes empresas tinham receio sobre como a conta seria feita, segundo Bruno Habib, associado da área tributária do Veirano Advogados. "Nas multinacionais, os investimentos são altos e, por isso, os valores envolvidos também", afirma. O advogado lembra que medidas provisórias já tentaram tributar essa variação cambial, mas as previsões foram vetadas.

Uma dessas tentativas estava no antigo artigo 46 da

Medida Provisória nº 135, de 2003.0 dispositivo dizia que a variação cambial dos investimentos no exterior, avaliados pela equivalência patrimonial, seriam considerados receita ou despesa financeira. "Por isso, a resposta da solução de consulta é uma surpresa", afirma Raphael Lavez, sócio do Rivitti e Dias Advogados.

Segundo o advogado, a Solução de Consulta nº 39 ignora que, quando o Congresso pretendeu autorizar a tributação das variações cambiais, o presidente da República vetou a medida, entre outros motivos, por uma preocupação em relação a possível litigiosidade. Além disso, para Lavez, "segundo o raciocínio aplicado ao IR e à CSLL, [a Receita] não deveria cobrar PIS e Cofins." André de Oliveira, sócio do Castro Barros Advogados, reforça que as empresas acreditavam que nenhum dos **tributos** incidiria sobre a variação cambial nesses casos. "A legislação veio evoluindo para impedir que variações cambiais produzissem efeito em decorrência das simples oscilações", afirma. Por isso, segundo ele, a compreensão da Receita é uma surpresa.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186810

Afinal, a quem serve a reforma administrativa? (2)



» **Enio Verri**

Não há que se negar, que desde sua concepção, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32/2020), apresentada pelo governo federal e denominada "Reforma Administrativa", tem sido tratada como a grande responsável por uma revolução na forma como o Estado pode enxugar suas despesas e melhorar o serviço público oferecido à população. No entanto, ninguém se atreve a esclarecer que a Reforma, na verdade, é uma proposta que escolhe como alvo o servidor público, enfraquecendo a sua relação de trabalho com o Estado, e que vai comprometer a qualidade do serviço prestado, principalmente aos mais pobres.

Desde a sua idealização pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o propósito da PEC 32 segue as orientações ultraliberais de Estado mínimo, e tornar o serviço público algo lucrativo, tirando seu princípio social. Para isso, se usa, mais uma vez, da desconfiança construída em torno da figura do servidor público e do imaginário de infundáveis privilégios atribuídos a ele. Ideias que estão sendo defendidas, quando o ministro diz que servidores se igualam a parasitas, por exemplo, e dando subsídio para que se promova um ataque a direitos e garantias dessa classe de trabalhadores.

A reforma engloba todos os entes federativos e pauta, entre as suas mudanças, o fim do concurso público; o fim do regime jurídico único; acaba com a estabilidade de emprego, flexibilização de contratos de serviços com o setor privado e aumenta o poder do Executivo

para alterar o quadro de cargos públicos do Estado, sem precisar de aval do Congresso.

As medidas vão recair no tipo de serviço público que vai surgir, caso a PEC seja aprovada no Congresso Nacional, com a volta de funcionários apadrinhados, precarização das formas de contratação de trabalhadores, tornando-os vulneráveis a assédio moral e fragilização diante dos cargos de chefia. Provavelmente, as mudanças vão afetar áreas como a educação, o Sistema Único de Saúde (SUS) US, o **INSS**, os bancos públicos, entre outras, que são as que a população mais depende para ter acesso aos serviços essenciais durante sua vida. A lógica da Reforma de cortar gastos é cruel e errada. Se o indivíduo paga **impostos** caros, sacrificando uma parte do seu trabalho e do que ele ganha, o direito ao amplo acesso de serviços públicos e de qualidade oferecidos pelo Estado não pode ser negado. E não é o servidor o responsável por quebrar o orçamento público. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, a maior parte do orçamento federal pago em 2020 foi destinada aos pagamentos da dívida pública. Esses gastos atingiram R\$ 1,381 trilhão, aumento de 33% em relação a 2019, o que valida interesses de especuladores nacionais e estrangeiros.

Mesmo assim, o ônus pesa no lado mais frágil. Já com a aprovação da PEC 186/19, a PEC Emergencial, promulgada como Emenda Constitucional 109, os **servidores públicos** não terão reajustes salariais por 15 anos, até 2036, fim do teto de gastos, suspende progressão e promoção, e o aumento de contribuição previdenciária. O estrago seria maior, se Guedes tivesse sucesso em acrescentar um dispositivo para permitir redução de salário com redução de jornada do servidor. Nós da oposição, ainda conseguimos garantir por meio de emenda ao texto a destinação mínima de verbas para a saúde e educação.

Mas barrar os avanços da PEC 32 contra os direitos dos **servidores públicos** previstos na Constituição e preservar a prestação dos seus serviços, sem prejudicar os mais pobres, só será possível com união de forças dos partidos de oposição no Congresso, e de entidades representantes dos servidores e a sensibilização da base do governo em prol da proteção do serviço público.

Em um momento em que testemunhamos a luta dos

servidores da saúde para manter a vida dos brasileiros nesta pandemia, é imprescindível que esses profissionais sejam valorizados e protegidos de desmontes autoritários. Vamos construir propostas para que os serviços públicos sejam modernizados de modo a atenderem a quem deles precisa, com condições de trabalho dignas para servidores e maior transparência de gastos públicos.

Economista, professor e deputado federal pelo PT-PR.
Titular na Comissão de Finanças e Tributação da
Câmara dos Deputados

Reforma Tributária? Mais um engodo - PAULO RABELLO DE CASTRO

PAULO RABELLO DE CASTRO

Comecei a escrever sobre o manicômio tributário nacional em 1987, portanto antes do advento da atual Constituição Federal, há 33 anos. O sistema de **impostos** do Brasil já era muito complicado e injusto, porque cheio de exceções e privilégios, atuando contra os contribuintes e a competitividade dos produtos brasileiros. No meu ingênuo idealismo, esperava que argumentos de caneta motivassem uma simplificação e maior justiça tributária. Amargo engano. Poucos avanços aconteceram depois da Constituição, na enorme selva de leis e decretos posteriores. No Brasil, apitam sobre **tributos** a União, com seus múltiplos entes, os 26 estados e o DF, mais 5.570 municípios. A confusão é tanta que o Congresso juntou vários desses monstros tributários num Simples Nacional, para viabilizar empresas até certo faturamento. O nome em si - "Simples" já é uma confissão tácita sobre a inviabilidade do restante do sistema. No Brasil, até o simples é complicado. O sistema tributário é coalhado de isenções e privilégios. Nossas regras tributárias são um atentado ao Estado de Direito.

Nem por isso as lideranças nacionais têm se engajado seriamente em aliviar a cruz tributária dos brasileiros. Com uma carga de **impostos** das mais elevadas do mundo, nem assim damos conta de cobrir as despesas públicas. Os déficits fiscais se perpetuam. A maldade começa pelo tamanho do entulho tributário incidente sobre o consumo, desde o café da manhã do brasileiro, passando pelos itens da construção, dos veículos, da eletricidade, do combustível, até a escola, o hospital, o remédio, a vacina (sim! até ela) e o cinema. Incidem sobre cada um desses itens, em graus arbitrários, o ICMS, o IPI (o mais canalha de todos), o ISS, o PIS e a COFINS, para não mencionar o custo patronal do **INSS**, do IOF, da CIDE e de múltiplas taxas que vão parar no preço final de tudo. Estou falando do consumo. Não falei do leão comendo sua renda (o IR) ou dos **tributos** patrimoniais (IPTU, IPVA, ITBI, ITCMD, ITR). Um inferno.

Dá pra aliviar tamanha carga? Correm no Congresso duas propostas conhecidas como PEC 45 e PEC110. Ambas tratam apenas dos **tributos** sobre o consumo, de longe os mais agressivos e sorrateiros, pois não aparecem nos preços de modo separado do custo efetivo dos bens e serviços. Essas propostas não tratam, no entanto, de reformar a tributação como um

todo; apenas dos monstros do consumo. As injustiças no Imposto de Renda, por exemplo, ficam de fora. Mas o risco dessas PECs é um pouco pior. Pelo modo como as propostas em curso pretendem chegar a uma estrutura simplificada da tributação do consumo, é seguro que jamais atingirão tal objetivo.

Os equívocos são gritantes. O mais bizarro deles: introduzir dois novos **tributos** - um IBS e um imposto Seletivo - que vão se somar (!) aos atuais, durante até 10 anos, num convívio incestuoso de **tributos** novos com antigos, com a promessa de, no futuro distante, acabar a duplicidade de cobrança. Nem "Alice no País das Maravilhas" poderia colocar fé no compromisso de políticos eliminarem **tributos** 10 anos à frente! Mas há outras pérolas, como sobretaxar produtos e serviços do dia a dia (como escola, médico, alimentos e remédios, até livros) para trazer todos os itens da cesta de consumo a praticarem uma única alíquota de imposto, que estará na faixa dos 30%.

A defesa que se faz de uma só alíquota - elevada - para todos os itens é inaceitável. Um nível único de imposto só faria sentido se a alíquota fosse baixa para todos, como em países onde se praticam taxas entre 5 e 18%, no máximo! O mais grave da história é a petulância da proposta em disfarçar uma multiplicidade de alíquotas - onde cada estado (são 27) e cada município (são 5.570) poderão praticar suas faixas singulares - e chamar esse regime de "IBS de alíquota única".

Esse é o nosso Brasil. Com o aplauso de alguns técnicos e professores desatentos, com a complacência de parlamentares que não pedem informações nem mandam rodar simulações das propostas antes de votar qualquer bobagem, com a leniência de um ministro experiente que se recusa a pensar noutra coisa senão uma nova CPMF, estamos prestes a ver o Congresso Nacional votar uma proposta tributária que tornará, com certeza, o monstruoso sistema de **impostos** do país em algo ainda mais sinistro, mais injusto e duas vezes mais impraticável. Como recuperar uma Nação com tanta estupidez? (*)

Paulo Rabello é economista e escritor. Quer comentar ou republicar? rabellodecastro@gmail.com

Site: <http://digital.em.com.br/>

Na reforma de fundos, Anbima sugere regras de gestão de liquidez



Rudge, da Anbima: flexibilidade para o varejo prevê aumento de parcela no exterior e acesso a fundo estruturado

Adriana Cotias De São Paulo

Na maior reforma regulatória do setor de fundos desde 2014, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados de Capitais e de Investimentos (Anbima) fez sugestões à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para uma flexibilização até maior do que a autarquia propôs em sua audiência pública. O prazo para acolhimento de propostas terminou na semana passada e quando editada ajustará as regras aos parâmetros da Lei de Liberdade Econômica, de 2019.

A revisão chega após anos de sucessivos crescimentos do segmento, com o patrimônio da indústria saindo de R\$ 2,7 trilhões, distribuídos em 14 mil fundos, para R\$ 6,2 trilhões, em 22 mil carteiras.

Além de pleitos já conhecidos, como a flexibilização das regras para os fundos alocarem fatia maior no exterior, a Anbima sugere que as classes de fundos, mesmo com tratamento tributário diferente, fiquem sob um mesmo guarda-chuva. Na gestão de liquidez, que possam tomar empréstimos, fazer cisão automática separando ativos líquidos de ilíquidos e organizar a saída dos investidores em momentos de estresse também no varejo.

Nas regras gerais, uma das sugestões da Anbima é que a limitação das responsabilidades do cotista ao capital que colocou valha também para fundos exclusivos. Isso porque no bolo dos que usam esses veículos estão investidores institucionais como fundos de pensão e as seguradoras na **previdência complementar**.

No caso dos prestadores de serviços, a separação entre administrador, custo diante ou gestor deveria incluir os fundos de varejo. "A nova regulação deixa claro que cada participante é responsável pelo seu escopo e pela sua atividade e isso deveria ser verdade para qualquer tipo de fundo, não só para os qualificados e profissionais como a audiência está propondo", diz Pedro Rudge, diretor da Anbima que coordenou as conversas.

À ideia do fundão com várias classes embaixo, a Anbima acha que uma mesma estrutura poderia ser usada para acomodar portfólios com classificação tributária diferente, como renda fixa e ações. "Lá fora é comum encontrar fundos guarda-chuva e dentro deles diversas classes das mais diversas estratégias. Simplifica a vida do gestor, do administrador e dos cotistas que podem pagar custos menores", diz Rudge. "Talvez seja necessária uma atualização fiscal, mas a regulação da CVM já deveria vir com essa flexibilidade." No anexo relativo a fundos de investimentos financeiros (FIF), hoje sob a instrução 555, a Anbima propõe o aprimoramento da gestão de liquidez, com conceitos do mercado internacional que já foram alvo de estudo da CVM em 2018. Sugere a possibilidade de cisão automática, colocando numa estrutura fechada os ativos sem liquidez e numa aberta os líquidos. Em vez de o gestor fechar o fundo completamente, teria a prerrogativa de fazer a tranca parcial, dando saída aos investidores só na parte líquida. Isso seria útil, por exemplo, em fundos de crédito, que sofreram com a chacoalhada dos mercados nos primeiros meses da pandemia de covid-19, em março e abril de 2020.

Um outro conceito que poderia ser incorporado em situações extraordinárias é o de "gates", em que a saída dos investidores em períodos de estresse seja organizada de maneira uniforme. Se numa janela houver saques de mais de 30% do fundo, o resgate poderia ser fatiado. O mecanismo serviria para proteger o investidor retardatário de sair numa cota pior do que quem fez o pedido na frente, ficando num fundo com ativos de menor qualidade ou pouco líquidos.

"É o tipo de regra que tem em fundos lá fora e só é utilizada em momentos de crise para não deixar investidores mais sofisticados ou mais atentos a

saírem antes. Dá transparência maior ao que está acontecendo", diz Rudge. A regulação já permite esse tratamento para investidores qualificados e a entidade gostaria que possa ser usado em fundos de varejo.

Na gestão de liquidez, a Anbima propõe que os fundos possam fazer empréstimos de ativos líquidos ou bancários para fazer frente a suas demandas. Esse aval seria a contrapartida ao fato de que depois da reforma o fundo pode ficar insolvente. Na estrutura de condomínio existente hoje, no limite o cotista poderia ser chamado a colocar mais dinheiro se algo der errado.

Já um conceito trazido pela CVM na minuta sobre a margem de alavancagem, de 10% para fundos de varejo e de 20% para qualificados, Rudge diz que faria mais sentido pensar por estratégia. "A gente entende onde a CVM quer chegar, ter algum tipo de parâmetro, mas no mundo inteiro é difícil estipular uma única métrica." Se um fundo tem, por exemplo, uma posição alavancada, em outra ponta pode ter uma parcela vendida que protege a carteira. Hoje não há nenhuma limitação à exposição de risco de capital desde que o regulamento seja claro sobre isso.

Já a maior flexibilização para os fundos investirem fora do Brasil atende à demanda de maior diversificação do brasileiro e acaba com a assimetria em que a pessoa física pode colocar 100% do seu patrimônio em recibos de ativos no exterior (BDR), mas o gestor profissional não. A ideia é que as carteiras de BDR tenham esse mesmo tratamento. No caso dos fundos em geral, a proposta é ampliar de 20% para 40% a alocação permitida nos portfólios de varejo, e de 40% para 60% naqueles com classificação investimento no exterior.

Na classe de ações, a Anbima pede flexibilização dos fundos que compram empresas do mercado de acesso da bolsa, que não ganharam tração por causa da falta de ativos. "Estamos sugerindo um tipo de fundo que possa comprar empresas listadas no Novo Mercado e incentivar novas empresas", diz Rudge. Isso poderia vir por meio de uma estrutura híbrida que combinasse empresas fechadas e listadas em bolsa. Para os próprios fundos negociados na B3, a Anbima propõe a recompra das cotas em situações em que são negociadas com desconto em relação ao valor patrimonial.

Nos portfólios de crédito privado, a entidade pede o aumento da parcela que os gestores podem ter em securitização, de 20% para 40%, desde que os ativos tenham regras semelhantes às previstas no anexo de fundos de investimentos em direitos creditórios (F1DC), também alvo da reforma: registro em entidade securitizadora e rating, por exemplo. A proposta da

CVM é que sob certas condições essas carteiras possam ser ofertados ao público de varejo.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186810

Áreas essenciais reclamam da exposição diária a riscos

Déborah Lima, Márcia Maria Cruz e Leandro Couri

Abrir brechas na campanha de imunização contra a COVID-19 se transformou numa guerra para categorias profissionais que tentam ser contempladas como prioridade. Trabalhadores no transporte rodoviário, na educação, supermercados e em outros setores considerados essenciais se mobilizam, à medida que novos lotes de imunizantes são distribuídos. As duas primeiras categorias foram incluídas na definição de grupos prioritários para vacinação pelo Ministério da Saúde, mas as prefeituras municipais têm autonomia para determinar a ordem em que as pessoas serão vacinadas. Minas Gerais recebeu mais de 1 milhão de doses na semana passada que serão usados para vacinação de idosos acima de 65 anos e forças de segurança e salvamento.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Belo Horizonte e Região (STTRBH), Paulo César da Silva, destaca que os equipamentos de proteção da categoria se resumem apenas a máscara e álcool em gel, enquanto os profissionais têm contato constante com dinheiro no momento de cobrar a passagem. "Nosso risco é iminente", afirma.

Para o sindicalista, a grande preocupação está na proximidade com o público. "Não desmerecendo as forças de segurança e o pessoal da administração da saúde, eu creio que corremos mais riscos do que eles", diz. De acordo com o ST-TRBH, a categoria tem 9 mil trabalhadores no sistema de transporte urbano de BH, e o nível de contaminação alcança quase 10% do total. "Aproximadamente 800 trabalhadores foram contaminados. Alguns se recuperaram e outros estão em recuperação e infelizmente tivemos alguns óbitos".

Na área da educação, atua em Minas cerca de 400 mil profissionais, entre professores, pedagogos e diretores de escolas, que também querem ser vacinados o quanto antes. "É importante a vacinação dos trabalhadores, mas é importante também a vacinação da população que está no entorno da escola, da comunidade escolar como um todo", diz a coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE), Denise Romano.

O Sindicato dos **Servidores Públicos** Municipais de Belo Horizonte (Sindibel) cobra a vacinação de aproximadamente 3 mil servidores que considera estarem mais expostos ao coronavírus: 200 agentes de fiscalização, 2 mil guardas civis, mil garis e profissionais da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) e 40 assistentes sociais e agentes de combate à leishmaniose. "Além dos trabalhadores de saúde, tivemos o trabalho essencial da fiscalização de controle urbanístico e ambiental; o trabalho dos garis, da guarda municipal, dos assistentes sociais. O trabalho foi fundamental para manter a cidade e manter o atendimento principalmente à população mais carente", diz o presidente da entidade, Israel Arimar de Moura.

A prefeitura já anunciou a inclusão desses trabalhadores no plano de vacinação, mas não previu datas. "O sindicato vem cobrando a vacinação de alguns setores no plano municipal, o que foi feito. Agora, a nossa expectativa é de que a vacinação possa se dar com mais agilidade para que a gente tenha mais segurança no dia adia, na garantia da vida desses trabalhadores", observa Israel Moura."

Um gari que preferiu não se identificar fez desabafo à reportagem do Estado de Minas. Ele reclama da lentidão da campanha de vacinação, ressaltando que além de estarem expostos aos riscos de contaminação os trabalhadores na atividade são vítimas de preconceito por lidarem com o lixo. "A gente cata muita máscara, lida com resíduos de risco. Acho que podiam olhar com mais atenção pra gente porque o pessoal já tem um pouco de preconceito. Sem tomarmos a vacina tem mais preconceito ainda. Tem que agilizar essa vacina".

PREVENÇÃO No donos de supermercados, setor considerado essencial e que mantém lojas abertas desde o início da pandemia, pedem a imunização de seus empregados. No último dia 25, o governador Romeu Zema (Novo) recebeu o presidente da Associação Mineira de Supermercados (Amis), Alexandre Poni, fez apelo para a inclusão dos empregados no setor entre os grupos prioritários de vacinação, independentemente das medidas de prevenção já tomadas para evitar a disseminação do coronavírus.

"Entendemos a necessidade de outros profissionais,

mas nós precisamos da vacina também. Os nossos funcionários estão no front", justifica Alexandre Poni. Ele manifestou preocupação também com a proteção dos trabalhadores em relação ao deslocamento no transporte público. "A redução na oferta de ônibus em certos horários provoca aglomeração de passageiros e expõe os profissionais a risco maior."

DISTRIBUIÇÃO

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) anunciou a entrega de 4,7 milhões de vacinas ao Ministério da Saúde de hoje a sábado e outros 6,7 milhões de unidades serão disponibilizados entre o dia 26 deste mês e 1º de maio. Segundo o balanço mais recente do governo de Minas Gerais, da última sexta-feira, o estado recebeu do ministério, desde o começo da campanha, 5.130.130 doses de imunizantes contra a COVID-19. Desse total, foram aplicadas 2.591.742 como primeira dose e 911.733 em segunda dose. O último lote distribuído no estado foi de 701.200 doses às 28 unidades regionais de saúde no sábado. Foram 426 mil doses do imunizante da AstraZeneca e 275.200 unidades da CoronaVac. De acordo com informe do ministério, a atual etapa deverá contemplar imunização dos profissionais de saúde e da população entre 65 e 69 anos.

Site: <http://digital.em.com.br/>

ELES DESABAFAM

“Acho que deveríamos estar na lista de contemplados porque ficamos frente a frente com o povo, os ônibus estão cheios, estamos expostos. Tínhamos que ser vacinados porque muita coisa parou, mas o transporte público não. A gente carrega profissionais de saúde, pessoas que vão aos hospitais. Apesar de a gente fazer a higiene, estamos correndo risco”

■ **Jadir Pereira de Carvalho**, motorista



LEANDRO COURI/EM/D.A PRESS

“Lidamos diretamente com o público em geral. Querendo ou não, assim como os profissionais de saúde estão na linha de frente, a gente também está. As pessoas não respeitam as medidas de segurança, não usam máscara, e nem todos têm consciência de que o melhor é ficar em casa”

■ **Jéssica Aparecida Sousa e Silvia**, atendente de caixa



JAIR AMARAL/EM/D.A PRESS

“Três motoristas na garagem onde trabalho morreram de COVID, e, pelo que sei, muita gente pegou o coronavírus e ficou afastado. Espero que a vacina venha o mais rápido possível, porque além de a gente pegar a doença, a gente passa para os passageiros. A gente não sabe”

■ **Marlon Ferreira Evangelista**, motorista



JAIR AMARAL/EM/D.A PRESS

“Nós que estamos na estrada tínhamos de ganhar atenção especial porque o caminhoneiro está exposto e não deixa o país parar. A gente tem família, tem que sair pra luta, e fica preocupado na hora de voltar porque a família está em casa e a gente expõe ela também. Tínhamos que estar nesse grupo prioritário de agora”

■ **Jonas Santos Rennó**, caminhoneiro



LEANDRO COURI/EM/D.A PRESS

11 anos no vermelho (3)

No projeto de lei que estabelece as diretrizes para o Orçamento de 2022, recém-enviado ao Congresso, o governo prevê mais um ano de déficit primário, ou saldo negativo de receitas e despesas antes do pagamento de juros da dívida.

Que o primeiro passo para a elaboração da peça orçamentária do ano que vem ocorra antes de estar resolvido o impasse em torno da lei relativa a 2021 é testemunho da incompetência deste governo para planejar qualquer coisa.

O mais dramático é o que os números projetam. Na previsão oficial, o resultado primário será negativo em R\$ 170,5 bilhões (1,9% do Produto Interno Bruto) em 2022 e não sairá do vermelho até pelo menos 2024, numa sequência de 11 anos de rombos. A consequência é a escalada explosiva da dívida pública, que já chega a 90% do **PIB**.

Entre dezembro de 2014 e o final do ano passado, o endividamento doméstico em títulos públicos deu um salto de 118%, passando de R\$ 2,2 trilhões para R\$ 4,8 trilhões.

Não surpreende, com essas cifras, que exista desconfiança no mercado, na forma de juros de longo prazo em alta, já se aproximando de 10% ao ano, e dólar em disparada.

A questão que fica é por que a dívida continua em alta, e o país não consegue restaurar a saúde financeira mesmo com os gastos totais crescendo em ritmo mais lento desde o advento do teto constitucional durante a gestão de Michel **Temer** (MDB) em 2016.

Para certo discurso político, a suposta austeridade imposta pelo teto não resolveu o problema e deveria ser abandonada em prol de uma política fiscal ativista para impulsionar a economia.

Na verdade, contudo, não houve até agora controle suficiente das despesas obrigatórias, notadamente com a folha de pagamento do governo, que continuam a crescer e absorvem parcela crescente do Orçamento da União.

Com isso, foi se reduzindo cada vez mais o espaço para investimentos e outros gastos discricionários. Retomá-los depende de reformas nunca feitas, como uma modernização administrativa do Estado e mudanças para tornar as despesas públicas mais flexíveis.

A dinâmica da dívida seria mais sustentável se a economia se expandisse com mais vigor, e com ela as receitas de **impostos**. Infelizmente, grupos de interesse barram avanços tanto do lado das despesas como no da **reforma tributária**.

O país se debate na paralisia da atividade e no esgotamento fiscal. Só abrir a porteira para mais gastos não desatará o nó -na verdade o apertará ainda mais, ao agravar o endividamento explosivo. A estratégia precisa envolver mudanças nas prioridades do Estado, tributação socialmente mais justa, privatizações e abertura comercial.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49501>

Lobby por socorro do governo soma R\$ 250 bi

A equipe econômica e o Palácio do Planalto tentam barrar projetos de lei que deverão funcionar como um alívio a setores prejudicados pela pandemia.

A "bombafiscal" criada por planos de amparo a produtores de eventos, empresas de turismo, donos de bares e restaurantes e agricultores passa de R\$ 250 bilhões.

A maior parte dos gastos ocorre por isenção de **impostos** e refinanciamento de dívidas. Há votações previstas para esta semana.

O que já foi aprovado no Congresso é o programa que ajuda o setor de eventos, com impacto de R\$ 243,5 bilhões em cinco anos. Engloba a cadeia da produção cultural e do turismo.

Aguarda agora a sanção presidencial e a consequente regulamentação para o início da adesão de cerca de 60 mil empresas contempladas.

O programa prevê suspensão de pagamento de **impostos**, renegociação de dívidas tributárias e previdenciárias e define uma indenização para empresas que tiveram redução no faturamento.

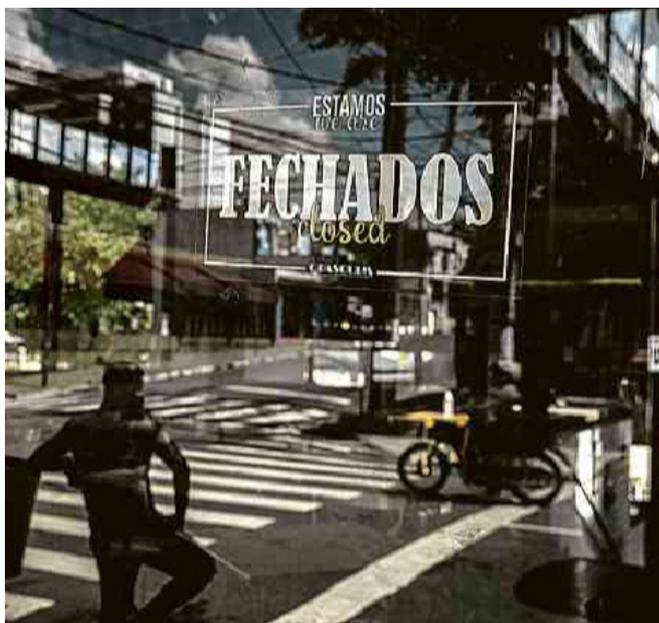
Segundo assessores do Planalto, o lobby tem sido feito por donos de grandes empresas, que conseguem benefícios usando os pequenos como escudo.

Auxiliares de Paulo Guedes afirmam que o ministro tenta oferecer algum pacote aos setores ainda não contemplados como forma de evitar a "bomba".
Mercado A17

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49501>

Afetados pela crise fazem lobby por socorro com impacto de R\$ 250 bi



Julio Wiziack Brasília

A equipe econômica e o Palácio do Planalto tentam barrar projetos de lei no Congresso que funcionarão como socorro a setores prejudicados pela pandemia.

A chamada "bomba fiscal" passa de R\$ 250 bilhões e foi criada por três projetos: o de amparo a produtores de eventos e empresas de turismo; o para donos de bares e restaurantes; e o para agricultores.

Até o momento, já foi aprovado o programa que ajuda empresas de eventos, o de maior impacto: R\$ 243,5 bilhões em cinco anos.

Os outros dois têm votação prevista para esta semana. Juntos, vão gerar gastos de mais de R\$ 250 bilhões, a maioria por isenção de **impostos** e refinanciamento de dívidas.

Aprovado há cerca de dez dias, o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) foi ampliado e acabou englobando praticamente toda a cadeia da produção cultural e do turismo.

Aguarda agora a sanção presidencial e a consequente regulamentação para o início da adesão de cerca de 60 mil empresas contempladas.

O programa define uma indenização para empresas que tiveram redução de 50% de seu faturamento entre

2019 e 2020 devido à pandemia. O valor global dessa ajuda será de R\$ 2,5 bilhões.

Além disso, suspende por cinco anos o pagamento de **impostos** (PIS, Cofins, CSLL e Imposto de Renda) e permite a renegociação de dívidas tributárias com descontos de até 70% e prazo de até 12 anos. Débitos previdenciários, no entanto, terão prazo menor (cinco anos).

Durante a tramitação, o governo foi contrário a esse projeto, especialmente no que se refere à renegociação das pendências tributárias. Isso porque, já sem recursos no caixa, o Tesouro terá ainda mais perdas de arrecadação com essa medida, considerada uma "bomba fiscal", no jargão dos técnicos do Ministério da Economia.

Esse pacote valerá para empresas de hotelaria, cinemas, casas de eventos, como shows, salões de feiras, festas e bufês. Também inclui agências de viagens, transportadoras de turismo, parques temáticos, acampamentos e hotéis, pensões e outros meios de hospedagem.

Assessores parlamentares do Ministério da Economia e do Palácio do Planalto tentaram barrá-lo, afirmando que o s trabalhadores desses setores já tinham recebido o auxílio emergencial. Não queriam abrir precedente para programas setoriais, mas foram vencidos.

A relatora do projeto, deputada Daniella Ribeiro (PP-PB), defendeu que esse grupo conta com milhares de empresas e gera 7,5 milhões de empregos diretos e indiretos. Na avaliação dela, "o número é maior do que o da indústria automotiva".

Somente o setor de eventos, ainda segundo a deputada, arrecada R\$ 48 bilhões por ano com **impostos**.

Representantes da categoria, liderada pela Associação Brasileira do Produtores de Eventos, afirmaram aos congressistas terem registrado perdas de mais de R\$ 80 bilhões desde o início da pandemia.

O lobby dos representantes de bares, restaurantes e lanchonetes também surtiu efeito. Tramita um projeto pelo Senado que pretende dar uma ajuda de até RS

10 bilhões ao setor, que, durante a pandemia da Covid-19, concentrou esforços nas entregas como forma de evitar a perda total de receitas.

Segundo o relator, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o ritmo lento da vacinação no país está levando diversos estados a decretar medidas mais restritivas, impondo o fechamento do comércio, o que afetará ainda mais a economia e o caixa dos empresários do setor.

A Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) informou empregar 6 milhões de funcionários e faturar o equivalente a 2,7% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. Dentre o cerca de 1 milhão de estabelecimentos, 93,4% são de micro e pequenos negócios, a maior parte nas regiões Sudeste e Sul.

O projeto prevê que essas empresas sejam beneficiadas com um auxílio que varia de R\$ 2.000 a R\$ 3.500 por três meses.

Além disso, suspende a cobrança de **tributos** federais com a posterior renegociação das dívidas, com descontos de até 70% e prazo de até 12 anos.

Em contrapartida, restaurantes, bares e lanchonetes terão de doar alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Na exposição de motivos, o senador compara a iniciativa com a dos Estados Unidos que, segundo o documento, concedeu um crédito tributário de até US\$ 10 mil por funcionário de empresas que tiveram a atividade totalmente ou parcialmente paralisadas em decorrência das medidas adotadas na pandemia.

A agricultura familiar também conseguiu um projeto de lei com deputados da bancada ruralista prevendo uma ajuda de até R\$ 2,2 bilhões para parte das cerca de 4,4 milhões de famílias.

Os autores do projeto, alguns ligados à bancada ruralista, afirmam que a "Lei Assis Carvalho" foi vetada praticamente na íntegra pelo presidente Bolsonaro, fato que deixou milhões de famílias de agricultores familiares sem nenhuma assistência pública durante todo o ano dramático de 2020".

Para eles, a situação tende a se agravar neste ano, "aprofundando-se a crise na base produtora de alimentos da população brasileira onde a agricultura familiar é a principal protagonista".

Sem um novo decreto estendendo o período de calamidade e sem a deliberação de vetos pelo Congresso [inclusive o da Lei Assis Carvalho], os

parlamentares decidiram atender ao pleito dos agricultores.

O projeto institui o Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural para as famílias que estiverem em situação de pobreza. Inicialmente, a União terá de arcar com o pagamento de R\$ 2.500 em parcela única para cada família.

O valor será de R\$ 3.000 quando a líder familiar for uma mulher. O teto será de R\$ 3.500 caso seja necessário a construção de cisternas nas propriedades para a garantia de acesso à água.

Somente esse auxílio tem um custo estimado de R\$ 550 milhões para o Tesouro.

Também está prevista a criação de uma nova modalidade de crédito rural com até R\$ 1,7 bilhão disponíveis dentro do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Famílias com renda de até três salários mínimos poderão tomar empréstimos sem juros para financiar a produção. Uma pequena parte poderá ser vertida para sua própria subsistência. O valor máximo será de R\$ 10 mil.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) comprará a produção desses agricultores, limitando-se a R\$ 6.000 por família.

Além disso, prevê a prorrogação das dívidas desse grupo por um ano contraídas desde janeiro do ano passado. Abre ainda espaço para renegociação de pendências financeiras com rebates que variam de 50% a 95% do valor principal do período que se estende desde dezembro de 2019 até agora para pagamento em 2022 a 2032, nas condições originais do contrato.

De acordo com assessores do Palácio do Planalto, o lobby tem sido feito por donos de grandes empresas, que conseguem benefícios usando os pequenos como escudo. Até o momento, o governo não conseguiu barrar nenhum desses projetos, mesmo enviando pareceres contrários sobre a bomba fiscal.

Assessores do chefe da Economia, Paulo Guedes, afirmam que o ministro tenta agora oferecer algum tipo de pacote aos setores que não foram contemplados até o momento como forma de evitar a "bomba fiscal" via Congresso Nacional.

Desde que a pandemia deu sinais de que o isolamento e políticas restritivas seriam duradouras, as principais empresas de eventos e de turismo tentaram junto ao governo, principalmente na Economia, um pacote de

socorro.

Defendiam que programas de empréstimos com garantias ou taxas de juros mais baixas não seriam suficientes para dar conta das perdas bilionárias geradas pelos cancelamentos de shows, feiras, eventos e dos principais destinos turísticos no país e no exterior.

A equipe econômica, no entanto, resistia a pacotes setoriais porque prioriza o pagamento do auxílio para funcionários. Para as empresas, lançou os programas de crédito.

Diante da resistência e do novo cenário político, em que o governo vem cedendo em troca de apoio de parlamentares do centrão, as empresas viram no Congresso a chance de conseguir socorro.

Caso sejam aprovados, os recursos desses projetos permitiram estender a segunda rodada do auxílio emergencial por mais seis meses. O programa levou meses para ser negociado pelo governo. Na época, o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) alegou que não havia dinheiro em caixa para que fosse estendido.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

01

Projetos de lei criam socorro para setores afetados pela pandemia e aprofundam rombo fiscal

Impacto, em R\$ bilhões

		Total
Agricultura familiar	2,25	R\$ 255,7 bi
Restaurantes	10	
Serviços, turismo e eventos		243,5



R\$ 524 bilhões

Foi quanto o governo já gastou com medidas para conter os danos causados pela pandemia na economia



R\$ 85 bilhões

É a previsão feita para os gastos neste ano já contando com a redução do auxílio emergencial e de políticas de ajuda a setores da economia

Os programas



Agricultura familiar

Institui o Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural com validade até o final de 2022 para apoiar a atividade no campo. Dentre as medidas estão doações de até R\$ 3.500 por família em situação de pobreza, a suspensão de pagamento de dívidas e a criação de linhas de crédito sem cobrança de juros



Restaurantes

Projeto de lei do Senado pretende criar um programa de socorro para restaurantes, bares e lanchonetes que prevê a suspensão do pagamento de impostos até o final deste ano e a doação de até R\$ 3.000 por estabelecimento durante três meses



Serviços, turismo e eventos

O Congresso já aprovou o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que suspende o pagamento de impostos desse segmento por cinco anos e permite a renegociação de dívidas, inclusive tributárias, com descontos de até 70% com prazo de até 12 anos

Escalada do preço do gás leva Congresso a debater subsídio



Nicola Pamplona rio de janeiro

A escalada do preço do gás de botijão em meio à crise econômica gerada pela pandemia reacendeu no Congresso o debate sobre políticas sociais para subsidiar o combustível à população de baixa renda, que vem apelando a lenha ou carvão para cozinhar suas refeições.

Em meados de fevereiro, o preço médio do botijão no país atingiu o maior valor desde que a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) começou a compilar os dados, em 2004. E, mesmo com a isenção de **impostos** anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro em março, o preço não parou de subir.

Segundo o IBGE, 14 milhões de domicílios brasileiros usavam lenha ou carvão para preparar alimentos em 2019, número equivalente ao do ano anterior e a cerca de 20% do total de domicílios do país.

AEPE (Empresa de Pesquisa Energética) estima que, já em 2018, combustíveis como lenha e carvão tenham ultrapassado a fatia do gás na matriz energética residencial brasileira, tendência que, segundo especialistas, pode ter se acentuado na pandemia.

A estimativa é feita em toneladas de petróleo equivalente. Como lenha ou carvão têm poder calorífico bem menor que o do gás, é necessária uma quantidade maior desses combustíveis para obter o mesmo resultado na cozinha.

Além de poluidor e menos eficiente, o consumo de lenha ou carvão é prejudicial à saúde dos moradores da residência. Mas tem sido a única alternativa para

famílias como a da estudante de serviço social Nadjane dos Santos, 27, de Salvador.

"Com três crianças, mais despesas com aluguel, água, energia, medicações para minhas filhas, internet móvel para estudar e manter contato com clientes, não tenho condições de comprar gás, senão a gente não come" diz ela.

Nadjane trabalha como trançadeira de cabelos e vendedora ambulante de salgados, atividades que são parte do setor mais afetado pela pandemia, o de serviços. Hoje, sobrevive com R\$ 800 por mês, dos quais R\$ 123 vêm do programa Bolsa Família.

Sem condições de gastar de R\$ 80 a R\$ 100 em um botijão, ela improvisou um fogão com tijolos no quintal de casa e recolhe lenha nas redondezas, uma região pobre com cerca de 50 mil habitantes. Quando chove, apela para um fogareiro com álcool.

A escalada do preço do botijão ganhou força no fim de 2019, após o fim do subsídio cruzado dado pela Petrobras desde 2003, quando o governo Luiz Inácio Lula da Silva determinou que a empresa vendesse mais barato o gás envasado em botijões de 13 quilos.

A desvalorização cambial acrescentou outro ingrediente ao problema, pressionando ainda mais os preços nas refinarias, que seguem as cotações internacionais do petróleo e as variações do dólar.

Há dois meses, o preço médio do botijão ultrapassou pela primeira vez a barreira dos R\$ 81. Na semana passada, segundo a ANP, o produto era vendido a R\$ 84, alta de 22% em relação ao valor vigente na semana em que o subsídio foi extinto, em 2019.

O cenário provocou uma enxurrada de projetos de lei sobre o tema no Congresso. Dos 28 textos hoje em tramitação, 12 foram apresentados em 2020, e 8, em 2021.

"A demanda da população de baixa renda é muito sensível a preço e a sua renda", diz Marcelo Colomer, pesquisador do Grupo de Economia da Energia da UFRJ. "Isso não só justifica como legítima a definição de políticas públicas."

Os projetos no Congresso discutem três soluções

principais: a criação de um programa social, a inclusão do botijão de gás na cesta básica e o tabelamento de preços, alternativa que enfrenta resistência do governo, da Petrobras e das empresas do setor.

Na avaliação do deputado federal Christino Áureo (PP-RJ), autor de um dos projetos, a isenção concedida pelo governo em março é insuficiente e acaba subsidiando famílias que têm condições de comprar o botijão.

O desconto é de R\$ 2,18 por botijão, o que representa uma renúncia fiscal de R\$ 1,2 bilhão por ano. "Se destinarmos essa renúncia totalmente para o Bolsa Família, daria um desconto de até R\$ 30 por botijão", defende.

Seu projeto prevê o uso do cartão do Bolsa Família para direcionar o subsídio. O valor destinado ao botijão de gás só poderia ser asado em estabelecimentos que vendem o combustível.

Áureo defende que a estratégia adotada pelo governo, de dar um pequeno desconto para todos, "não é política pública". "É desoneração sem capacidade de mensuração de resultados, que é o pior tipo de política pública que se pode ter."

As propostas para incluir o botijão na cesta básica também têm efeitos no preço, ainda que menores, pela redução da carga tributária estadual, hoje responsável por cerca de 14%, em média, do preço final do produto.

Estudo da LCA Consultores estima que a medida provocaria corte de 9,1% a 17,3% no preço do botijão, dependendo do estado. A menor variação se daria em São Paulo e a maior, em Pernambuco.

A mudança na tributação, porém, depende da disposição de governos estaduais a perder arrecadação.

A Folha procurou os ministérios da Economia, de Minas e Energia e da Cidadania, responsável pela gestão do programa Bolsa Família, mas nenhum deles quis dar entrevistas sobre o tema.

"Estamos vendo o empobrecimento da população e o aumento do consumo de lenha. É efetivamente uma questão social", diz Sérgio Bandeira de Mello, que preside o Sindigás, que reúne os distribuidores do produto. "Não é o setor privado que vai resolver."

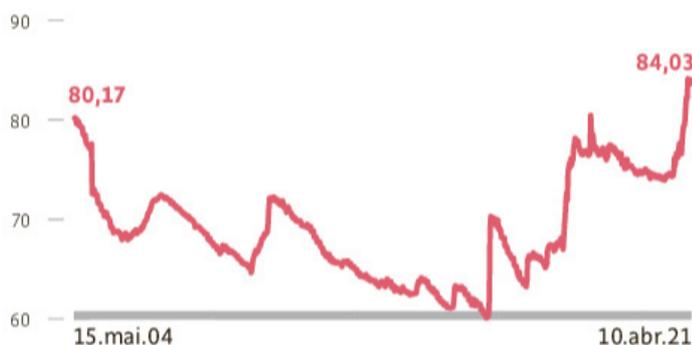
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49501>

Preço do gás dispara, e consumo de lenha avança

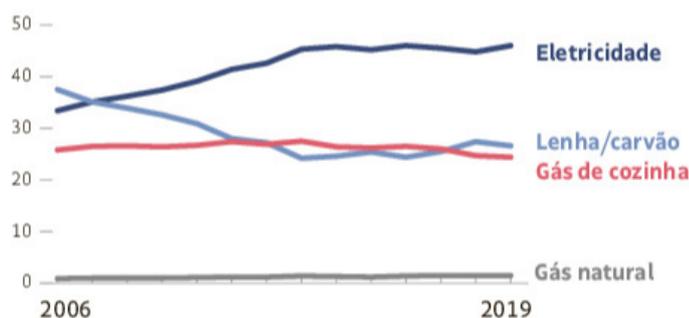
Desde fevereiro, consumidor convive com preços recordes do botijão

Preço, em R\$ por botijão de 13 quilos*



Alta dos preços e crise financeira levaram lenha a ocupar mais espaço na matriz energética residencial

Em %



Em um ano de pandemia, parcela da Petrobras no preço final subiu 42,27%

Em R\$



Cenário motiva projetos de lei para criar subsídio à baixa renda

Número de projetos de lei abertos **28**

O que propõem

- Criação de programa social para reduzir o preço para a população de baixa renda
- Inclusão do botijão na cesta básica, reduzindo a carga tributária
- Mudanças no modelo de tributação
- Tabelamento de preços

*Corrigido pelo IPCA | Fontes: ANP, Sindigás e EPE

Insegurança também na mesa (3)

Não bastassem a dor dos parentes de mais de 350 mil mortos e o drama dos profissionais de saúde na luta para tentar salvar outras vidas em hospitais lotados, a gravíssima crise sanitária que atinge o país ainda trouxe o flagelo da fome para milhões de brasileiros como consequência dos efeitos danosos da pandemia causada pelo novo coronavírus sobre a economia brasileira.

Com o forte encolhimento das atividades informais, a suspensão ou fechamento de pequenos negócios e o aumento do desemprego, a renda de grande parte das famílias caiu e, no caso das menos favorecidas, levou à redução até da comida. Um dos estudos que dão a dimensão da gravidade do quadro, divulgado recentemente, feito por grupo de pesquisa com sede na Universidade Livre de Berlim, na Alemanha, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB), mostra que a insegurança alimentar atinge nada menos que seis de cada 10 brasileiros.

São 125,6 milhões de habitantes que não se alimentam em qualidade e quantidade necessárias. De acordo com os dados, coletados entre agosto e dezembro do ano passado, 44% das pessoas reduziram drasticamente o consumo de carnes. E 41%, o de frutas. Entre os que relataram insegurança alimentar, 15% a classificaram como grave, ou seja, quando está faltando o que comer. Para piorar, a alta de preços dos alimentos é uma das maiores pressões sobre a **inflação**, que ameaça voltar a assombrar, atingindo principalmente os mais pobres.

Neste cenário, é de se elogiar a retomada do pagamento pelo governo federal do auxílio emergencial a informais, autônomos, desempregados e famílias de baixa renda, ainda que tardia e em valores significativamente menores do que os do benefício concedido no ano passado. Fará diferença no prato de muita gente. Assim como deve ser exaltado o esforço de ONGs, igrejas, associações comunitárias e até clubes de futebol (como se propôs o Atlético Mineiro) para arrecadar e distribuir cestas básicas nas vilas e aglomerados. Quem tem fome, tem pressa, e toda a ajuda é bem-vinda.

Lembrando, sempre, que a solução efetiva para o problema, traduzida na retomada do crescimento econômico e na abertura de postos de trabalho, somente será alcançada com a vacinação em massa da população, permitindo, assim, a livre circulação e convivência das pessoas em segurança.

O jogo bruto dos orçamentos (3)

Enrolado numa confusão sem precedente, o governo tem de cuidar ao mesmo tempo de dois Orçamentos, um desfigurado, inutilizável e potencialmente letal, o deste ano, e outro ainda em esboço, o de 2022. Para cumprir tabela, o presidente Jair Bolsonaro acaba de enviar ao Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com metas e prioridades para a programação financeira do próximo ano. A equipe econômica promete, com austeridade, reduzir para R\$ 170,5 bilhões o déficit primário, isto é, o excesso da despesa sobre a receita, sem contar as obrigações da dívida pública. Para este ano está previsto um déficit primário de R\$ 247,2 bilhões, mas ainda falta a sanção do presidente à lei orçamentária aprovada no Congresso Nacional.

Graças à **inflação**, haverá alguma folga para despesas de interesse do presidente Jair Bolsonaro, empenhado, como sempre esteve em quase todo seu mandato, na busca da reeleição.

O teto de gastos terá uma elevação de R\$ 106,1 bilhões, segundo a projeção da equipe econômica.

Pela regra constitucional, o teto será ajustado de acordo com a **inflação** acumulada nos 12 meses até junho deste ano. O projeto inclui uma alta de 7,1%, variação estimada para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Há, no entanto, quem estime variação maior, de até 7,5%, permitindo acréscimo de cerca de R\$ 111 bilhões.

Não se pode acusar o governo de haver planejado esse efeito, tão desejável para um presidente candidato à reeleição. Mas também seria um erro interpretar esse fato como simples casualidade.

A **inflação** é atribuível em parte a erros do governo e, de modo especial, a ações e palavras do presidente da República.

O comportamento presidencial é a causa mais visível da instabilidade cambial e, portanto, dos efeitos inflacionários da alta da moeda americana. O real tem permanecido, desde o ano passado, entre as moedas mais desvalorizadas em relação ao dólar.

A insegurança quanto à evolução das contas de governo, e especialmente da dívida pública, tem sido um dos principais fatores de oscilação do câmbio. Mas a desastrosa política ambiental do presidente Jair Bolsonaro também tem afetado o movimento de capitais, afastando investidores e desestimulando a

aplicação de recursos no mercado brasileiro. Alguns grandes fundos são simplesmente impossibilitados de investir em países onde as condições ambientais sejam tão maltratadas quanto têm sido no Brasil.

Pode parecer estranho, mas a política antiecológica também tem, no curto prazo, efeitos sobre o dólar e sobre a alta de preços.

Inflação e câmbio são alguns dos parâmetros observados na elaboração do Orçamento e, portanto, da LDO. Quem pode estar seguro sobre esses pontos, quando se consideram as enormes incertezas criadas pela administração federal?

Além disso, é preciso levar em conta o relacionamento entre Poderes. Sem partido e forçado a negociar com parlamentares fisiológicos, o presidente da República tem sido incapaz de sustentar, diante do Congresso, políticas de austeridade fiscal e de atendimento ao interesse público. Esse interesse até pode ser levado em conta, quando isso favorece objetivos dos envolvidos nas decisões.

Mas também é possível servir a esses interesses por outros meios - por exemplo, desnaturando projetos do Executivo. Isso ocorreu, mais uma vez, quando parlamentares deformaram o projeto orçamentário deste ano, inflando suas emendas e subestimando gastos obrigatórios.

Daí a oposição de técnicos do Ministério da Economia à sanção da lei recém-aprovada.

Sancionar esse documento, advertiram, poderia caracterizar crime de responsabilidade, punível com impeachment.

Em condições mais saudáveis, o projeto da LDO seria um indicador, embora impreciso, do rumo da política fiscal e de suas implicações econômicas. Nas circunstâncias atuais, seu encaminhamento ao Congresso é apenas mais um lance de um jogo sujeito às ambições eleitorais do presidente, aos interesses de uma base fisiológica e às trapalhadas de uma equipe de governo frequentemente sem rumo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Riscos fiscal e político e crise sanitária impedem dólar de ficar abaixo de R\$ 5

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A combinação perversa de três riscos - fiscal, político e da condução da crise sanitária da pandemia da covid-19 - está por trás do patamar elevado do dólar no Brasil, que não cede apesar da maré favorável para o fortalecimento do real frente à moeda norte-americana.

Na virada do ano, a expectativa de muitos craques do mercado era de que a perspectiva do início do ciclo de alta de juros pelo Banco Central (BC) e o boom de alta de commodities (produtos básicos, como petróleo, grãos e minério de ferro) contribuiria para a valorização da moeda brasileira. Mas esse movimento não aconteceu.

Economistas ouvidos pelo Estadão apontam que o dólar poderia estar abaixo de R\$ 5 se não fosse o "caldo" de incertezas que ronda a economia brasileira em 2021. Na sexta-feira, a moeda americana fechou em torno de R\$ 5,60.

Tem algo diferente no Brasil: sobram dólares e nem assim o valor da moeda americana cai.

Isso é novo. O temor desses riscos também deve estar por trás da decisão dos exportadores brasileiros em deixar parte dos dólares obtidos com a venda dos seus produtos fora do País.

Estratégia que é legal, mas que tem sido acompanhada com atenção pelos especialistas para entender o seu impacto no comportamento da taxa de câmbio no Brasil.

Estima-se no mercado que os exportadores têm pelo menos US\$ 40 bilhões de receitas de exportação que não foram trazidas para o Brasil. Se esse dinheiro tivesse entrado no País, o dólar deveria estar mais baixo. O saldo comercial é grande, mas o saldo de compra e venda de câmbio no mercado é menor.

"Tem muita gente encucada com isso. Eu acho que está associado à incerteza. Melhor deixar lá fora do que trazer para aqui", avalia o economista e consultor José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "O fiscal dá uma incerteza gigante", diz.

Ruído político. Com décadas de experiência em

comércio exterior e setor agrícola, Mendonça de Barros diz que é a primeira vez no Brasil que o real não se valoriza num cenário de commodities fortes, de alta do saldo da balança comercial e perspectiva de superávit nas contas externas.

Um movimento de valorização do real teria que ter reduzido em pelo menos R\$ 0,20 o dólar, colocando a cotação abaixo de R\$ 5,50, segundo ele.

O que pesa no clima geral de incertezas não é somente o ruído fiscal, que piorou com o impasse político após a aprovação do Orçamento de 2021 maquiado para acomodar mais emendas parlamentares, mas também a forma como o governo Jair Bolsonaro tem lidado com a pandemia e a vacinação.

Nitidamente a economia brasileira está enfraquecendo, após a perspectiva de recuperação mais forte em 2021, com a má condução do Brasil no enfrentamento do agravamento da doença. O que muitos se perguntam agora é: quando é que vai melhorar a covid-19? Qual é o fluxo de vacinas? Para onde vai a vacinação?

Também houve uma elevação do ruído político porque o governo ficou mais enfraquecido e terá de enfrentar a CPI da covid no Senado e ameaças de o presidente Bolsonaro perder apoio da coalizão do Centrão, a depender do desfecho da crise do Orçamento, como mostrou o Estadão.

Dois fatores podem dar algum alívio ao câmbio: o aumento da vacinação para um patamar de 1,5 milhão de pessoas por dia e a recuperação econômica no segundo semestre.

Mesmo assim, não se espera um recuo do dólar muito maior. A última pesquisa Focus do Banco Central, com uma centena de economistas de instituições financeiras, mostrava o câmbio fechando 2021 em R\$ 5,37.

Para o ex-presidente do BC, Gustavo Loyola, é o pessimismo maior em relação ao Brasil que não tem permitido que o real se aprecie, apesar da cotação estar mais calma nos últimos dias. "Mas é tudo volátil, de acordo com as notícias, porque existe toda essa dúvida agora em relação à sanção do Orçamento e

sobre a própria articulação política do governo", avalia.

Ele destaca o efeito do câmbio na **inflação**, que pressiona os juros.

Loyola diz que o Brasil hoje é um País visto sob o prisma negativo e que "ninguém quer apostar no momento". Para o ex-presidente do BC, há um sério risco desse quadro de incerteza emendar em 2022, ano de eleições.

"Se formos para um cenário mais tranquilo do ponto de vista fiscal, o real poderia ficar em torno de R\$ 5,50 ou um pouco menos até. Com a incerteza política, não faço essa aposta".

Impacto do risco. O economista- chefe do Banco Votorantim, Roberto Padovani, diz que os economistas estão tendo dificuldade em medir o impacto do risco do comportamento das contas públicas, porque tradicionalmente ele deveria estar aparecendo no risco soberano País.

"Talvez a única variável que consiga explicar esse descolamento (do câmbio) seja a questão fiscal", diz Padovani. Para ele, o Brasil deveria ter uma moeda abaixo de R\$ 5: "O fator é que nos últimos nove meses a moeda brasileira oscila em R\$ 5,40. A explicação mais possível é que o risco fiscal cresceu muito e está dentro dessa conta." Ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy tem avaliação mais otimista. Para ele, o BC tem indicado que há vários fatores sobre o câmbio que estavam presentes no ano passado e que são se vê mais, como o overhedge dos bancos (proteção extra dos ativos em moeda estrangeira dos bancos), pagamento de dívidas pelas empresas e a saída de investidores estrangeiros do País.

Para ele, as exportações que foram bem em 2021 serão muito melhores este ano.

Incertezas

"Tem muita gente encucada com isso. Eu acho que está associado à incerteza.

Melhor deixar lá fora do que trazer para aqui. O fiscal dá uma incerteza enorme." José Roberto Mendonça de Barros EX-SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

VOLATILIDADE

● Moeda americana teve forte valorização em relação ao real no último ano

Dólar

EM REAIS



FONTE: BROADCAST

INFORMÁTICA/ESTADÃO

Mercado de dívida privada cresce e é opção a juros baixos

CLEIDE CARVALHO E JOÃO SORIMA NETO

O mercado de dívida privada vem ganhando impulso no Brasil e tem espaço para crescer com mais força quando a economia retomar fôlego. Segundo estudo da consultoria RGS Partners, em 2019 as emissões de dívida de empresas somaram R\$ 301 bilhões, um recorde. Em 2020, com a pandemia, caíram a R\$ 206 bilhões. Mas, com os investidores em busca de uma rentabilidade melhor que a proporcionada pelos juros da Selic, hoje em 2,75% ao ano, as emissões foram retomadas no primeiro trimestre de 2021 e devem ganhar mais força a médio prazo.

-O mercado de crédito não está mais concentrado nas mãos dos grandes bancos de varejo. As fintechs estão roubando espaço com produtos específicos, que os gestores de fundos incluem em suas carteiras -diz Guilherme Stuart, sócio da RGS Partners.

Na prática, o crédito privado representa emissões de títulos entre empresas e investidores. Entre as opções mais conhecidas estão as debêntures, títulos de crédito que são emitidos por companhias em troca de uma rentabilidade. Mas também há os certificados de recebíveis Imobiliários (CRI) e do Agronegócio (CRA), notas promissórias, letras financeiras, entre outros.

Balanço da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) mostra que as emissões desses títulos somaram R\$ 68,6 bilhões no primeiro trimestre de 2021, a melhor marca da série histórica, que começou em 2011. Só a emissão de debêntures, nos três primeiros meses deste ano, já subiu 84,1% em relação ao mesmo período do ano passado, somando R\$ 31 bilhões.

-As emissões de debêntures, CRIs e CRAs voltaram a crescer, e os números mostram isso. Devemos também ter crescimento da securitização de dívidas por meio dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) - diz José Eduardo Laloni, vice-presidente da Anbima.

ABAIXO DE OUTROS PAÍSES

Os FIDCs mantêm em seu portfólio créditos que uma empresa tem a receber. Esse papel atrai investidores mais conservadores e é alternativa a quem prefere não se arriscar no mercado de ações. Na avaliação de

Stuart, as aplicações em FIDC tendem a se tornar mais acessíveis:

- O mercado de crédito está ficando mais sofisticado, e a oferta de produtos vai crescer. Fundos especializados já disputam esse nicho.

Stuart explica que as cotas de um FIDC são separadas em camadas: subordinada, mezanino e sênior. A cota subordinada é a de maior risco e garante as demais. Por isso, tem maior rentabilidade. A sênior tem remuneração menor, já que é garantida pelas cotas subordinada e mezanino. Quanto maior a base da cota subordinada, mais segura ela é.

Na média dos países emergentes, o crédito privado equivale a 24% do **PIB**, segundo o estudo da RGS Partners. Mas no Brasil essa relação está em 39,2%. O país ainda está longe de nações ricas, onde a média é de 171%, assim como da média mundial, de 98%.

No ano passado, além de frear a emissão de dívida privada, a pandemia deu um susto nos investidores que estavam com recursos aplicados em fundos de investimento lastreados nesses papéis. Com o aumento do risco e a maior chance de inadimplência das empresas, houve uma corrida por saques de parte desses fundos, especialmente os que oferecem resgate imediato (entre um e cinco dias).

-Muitos profissionais liberais que se viram sem renda correram para resgatar suas reservas de emergência. Esses fundos de resgate mais rápido, entre um e cinco dias, representavam 75% do total de fundos de crédito privado -lembra Alexandre Muller, sócio e gestor de crédito da JGP, gestora de recursos independente.

Depois de meses de saques consecutivos, em fevereiro esses fundos voltaram a captar. Em uma amostra de 156 fundos de crédito privado de gestoras independentes, elaborada pela JGP, os depósitos chegaram a R\$ 124 milhões em fevereiro. Em março, entraram mais R\$ 480 milhões, e em apenas 12 dias de abril o valor de captação subiu a R\$ 1,08 bilhão, segundo a JGP.

ATENÇÃO ÀS EMPRESAS

Stefan Castro, gestor da AF Invest, observa que tem crescido o número de gestoras independentes com

fundos dedicados aos papéis de crédito privado. Antes, em uma emissão de debêntures de grandes empresas, havia cerca de dez gestoras participando. Hoje, ressalta ele, são mais de 50 gestoras em cada emissão.

Castro lembra que, embora sejam considerados investimentos de renda fixa, os títulos de crédito privado oferecem mais rentabilidade, mas o risco também é maior e está atrelado à capacidade de pagamento da empresa. Já os títulos encontrados no Tesouro Direto têm risco atrelado diretamente ao governo, o que, segundo analistas, significa risco quase zero de inadimplência.

Geralmente, além do prêmio pago pela empresa, os papéis de crédito privado também oferecem juros (CDI) ou a **inflação** (IPCA). Portanto, se a Taxa Selic subir até 5% ou 6%, este ano, a atratividade desses fundos aumenta.

- Em março, a Localiza aprovou o lançamento de R\$ 1 bilhão em debêntures, com vencimento em 2031, pagando **inflação** mais 5,47%. As NTN-B, títulos de renda fixa do governo com o mesmo vencimento, pagam **inflação** mais 4%. O prêmio da Localiza é 1,47 ponto percentual maior -diz Castro.

Para quem vai aplicar nesses produtos, recomendam os analistas, o primeiro indicador a observar sobre a capacidade da empresa de honrar o título emitido é a nota de crédito (rating) das agências de risco como Moody's e Standard Poor's (S P). Quanto maior a nota, menor o risco.

Também é importante observar a capacidade de geração de caixa, mais até que o lucro ou prejuízo. Outros indicadores cruciais sobre a saúde financeira da empresa são gestão, histórico de rentabilidade, porte e fatia de mercado no segmento em que atua.

- No ano passado, a pandemia trouxe incerteza, mas a inadimplência que se esperava das grandes empresas não se materializou -observa Muller, da JGP.

Empresas que atuam em setores menos expostos às conjunturas política e econômica estão mais protegidas das oscilações de mercado e, portanto, suas debêntures tendem a apresentar um risco menor de crédito, ressaltam analistas. Estão nesse grupo ainda companhias dos setores de energia, saneamento e infraestrutura, ou que ganharam impulso com a crise, como empresas de tecnologia ou e-commerce.

Por isso, seus papéis oferecem um prêmio mais baixo que os de companhias em setores de maior volatilidade, como as aéreas, duramente afetadas pela

pandemia.

O gestor de investimentos Paulo Bittencourt observa que os fundos de crédito privado são recomendados a quem já conhece o mercado de capitais. Ele lembra ainda que o FIDC não está coberto pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC, que garante aplicações até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ):

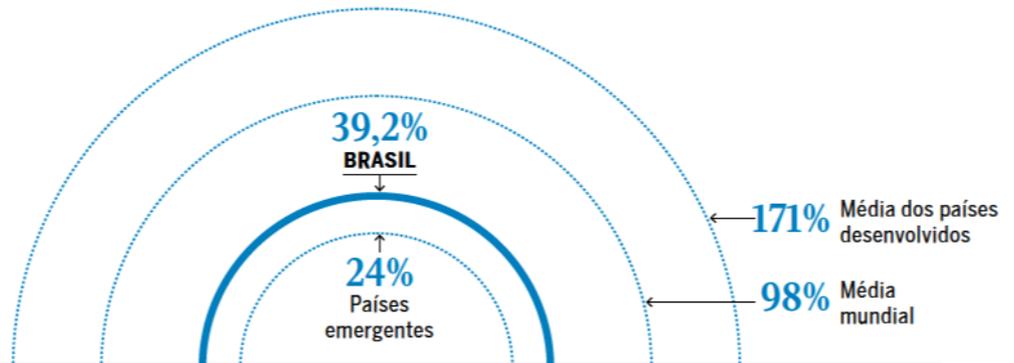
-Se o fundo quebrar, o investidor terá de ir à Justiça para receber.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

EM ASCENSÃO

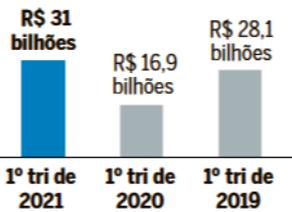
Estudo mostra que crédito privado deve crescer no Brasil nos próximos anos

Crédito privado em % do PIB

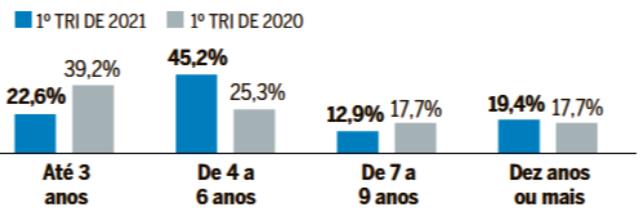


Recorde em 2021

Emissão de debêntures cresce 84,1% no 1º tri, maior marca da série histórica, iniciada em 2011



Prazo de vencimento das debêntures está se alongando



Captação positiva

Após 16 meses consecutivos de saques, fundos de crédito privado voltaram a captar em fevereiro (Mostra de 156 fundos de gestoras independentes)



Fontes: RGS Partners, Anbima e JGP Gestora de Recursos

Editoria de Arte

O cenário negativo para a renda dos mais pobres - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

O cenário para a renda dos brasileiros mais pobres em 2021 é bastante negativo. Com a piora da pandemia da covid-19 e o avanço lento da vacinação, a atividade econômica foi prejudicada no primeiro semestre, resultando na continuidade da fraqueza do mercado de trabalho, num ano em que o auxílio emergencial será bem menor do que em 2020. A desigualdade de renda, nesse quadro, voltará a crescer.

Um estudo da Tendências Consultoria Integrada estima que haverá neste ano um aumento de 1,2 milhão de domicílios nas classes D e E, definidas como as que têm rendimento mensal domiciliar de até R\$ 2,6 mil. Com isso, essas faixas de renda deverão passar a responder por 54,7% do total de residências no país.

"O principal fator para a ampliação do número de domicílios mais pobres deve ser a desocupação mais elevada entre os menos escolarizados", aponta o trabalho, ressaltando que "o caráter regressivo da pandemia permanece desproporcional" para as pessoas de menor nível de escolaridade.

"A piora do balanço de riscos para a atividade econômica deve restringir o ímpeto de contratações, sobretudo no segmento de serviços, cuja tendência de crescimento deve ser interrompida, à vista do recrudescimento do isolamento social em diversas localidades do Brasil." A consultoria revisou recentemente a estimativa para a expansão do **PIB** em 2021 de 2,9% para 2,7%. Ainda que a nova versão do programa que permite a suspensão do contrato de trabalho ou a redução de jornada e de salários (o BEm, a ser reeditado em breve) deva contribuir para sustentar o emprego formal, a renovação do auxílio emergencial não deverá conter a alta dos desempregados, avalia a Tendências.

O auxílio emergencial atingiu um valor total de R\$ 293 bilhões em 2020, o equivalente a 4% do **PIB**. De abril a agosto, o valor médio foi de R\$ 600; de setembro a dezembro, de R\$ 300. Em alguns meses, alcançou 67,9 milhões de pessoas, equivalente a um terço da população. Neste ano, o Congresso aprovou R\$ 44 bilhões para o benefício fora do teto de gastos, a ser pago em quatro parcelas, com um valor médio de R\$ 250. Se o benefício em 2020 foi amplo demais, neste

ano pode haver o problema oposto-o valor é mais baixo, atenderá a menos pessoas e valerá por um prazo mais curto.

"Diante do menor auxílio emergencial e da perspectiva de recuperação moderada do mercado de trabalho, a massa total de renda deve recuar 3,8% em 2021", impedindo a manutenção no mesmo nível de 2020, diz a Tendências. Essa é a variação prevista em termos reais, já descontada a **inflação**. No conceito da consultoria, a massa total considera o rendimento de todos os trabalhos, o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC, voltado para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência), os benefícios previdenciários e outras fontes de renda. No ano passado, o indicador cresceu 5,2%, fortemente impulsionado pelo auxílio emergencial. Neste ano, haverá uma ressaca mais intensa da massa de renda no Norte e Nordeste, após o enxugamento dos repasses emergenciais, aponta a Tendências.

A expectativa dos analistas é que a retomada da economia ocorrerá no segundo semestre. Com o avanço da vacinação, as medidas de restrição à mobilidade tendem a ser relaxadas. Na visão da Tendências, a economia brasileira deve manter trajetória de gradual recuperação em 2021, sem uma melhora plena do mercado de trabalho, devido a fatores como "o agravamento da pandemia, os recentes sinais de fraqueza de grandes setores, a redução do arsenal de políticas anticíclicas e as incertezas da agenda de política econômica".

Num primeiro momento, a retomada da atividade deve favorecer as classes sociais mais altas, segundo a Tendências. "A elite do funcionalismo público sente menos os efeitos da crise, já que a dinâmica econômica pouco interfere em seus salários e planos de carreira", aponta o estudo, observando também que a maior concentração de empregadores no topo da pirâmide social propicia um rápido reequilíbrio financeiro das famílias. "Com rendimento atrelado aos ganhos de suas empresas, os donos de negócio buscam recuperar o padrão histórico de lucro, antes de reajustar salários de empregados e recontratar", diz a Tendências.

Para as classes D e E, as perspectivas são desanimadoras. "A mobilidade social das classes D e E deve ser reduzida nos próximos anos,

acompanhando um fenômeno típico de países com alta desigualdade de renda", avalia a consultoria. "O maior entrave ao crescimento da renda dos estratos sociais mais pobres é a educação não revertida em produtividade. O ingresso no mercado de trabalho é o principal meio de redução da pobreza, mas não é condição suficiente para superá-la."

A Tendências observa que o mercado de trabalho brasileiro é fortemente caracterizado por baixas remunerações, elevadas desigualdades entre grupos de população ocupada, altas taxas de informalidade e marcante heterogeneidade entre os setores produtivos. "O alto nível de desemprego, a falta de ganho real no salário mínimo, o elevado grau de informalidade e a subutilização dos trabalhadores devem impedir ganhos elevados de renda nas classes D e E." Nas projeções da Tendências, depois de crescer 23,4% em 2020 em termos reais, na esteira do auxílio emergencial, a massa de renda das classes D e E deve cair 14,4% em 2021, crescendo a uma média de apenas 0,85% de 2022 a 2025, em estimativas que já descontam a **inflação**. Já a massa de rendimentos da classe A, que subiu 1% em 2020, vai ter aumento real de 2,8% neste ano e de 5,6% no ano que vem, com um avanço próximo a 4,5% nos três anos seguintes, estima a consultoria.

Para escapar desse cenário negativo para a renda, é fundamental primeiro acelerar a vacinação. Isso permitirá afrouxar as medidas de restrição à mobilidade social, beneficiando em especial a recuperação do setor de serviços, o maior empregador da economia. Também é essencial a renovação imediata dos programas de empréstimos a micro e pequenas empresas e de proteção ao emprego, para dar fôlego às companhias de pequeno porte. Se a recuperação da atividade continuar a patinar, uma nova extensão do auxílio emergencial deverá ser necessária, o que será um desafio num quadro de penúria das contas públicas.

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente.

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Condições financeiras pioram e são nova ameaça à retomada



Luana Miranda: Falta de sinais de melhora pode comprometer recuperação

Arícia Martins

Enquanto a pandemia segue em seu pior momento no país e o processo de vacinação não ganha tração, economistas chamam atenção para um risco adicional que pode comprometer o ritmo de retomada da atividade. Refletindo não só o início da normalização da política monetária já em curso, mas também o aumento das incertezas sobre as contas públicas, as condições financeiras voltaram a patamares mais restritivos - deterioração que acaba se transmitindo também para a "economia real", ainda que com alguma defasagem.

Elaborado pelo ASA Investments com base em metodologia usada pelo Banco Central, o índice de Condições Financeiras (ICF) da asset começou o ano em nível expansionista, mas voltou ao patamar de aperto desde meados de fevereiro, em que segue desde então. Quando o indicador está acima de zero, aponta condições financeiras apertadas. Já um índice negativo mostra condições frouxas, ou seja, favoráveis à atividade.

Na sexta, o ICF fechou o dia em 0,19, abaixo da medição do dia anterior (0,23), mas ainda acima do observado no segundo semestre de 2020 e nos dois primeiros meses deste ano, período dominado por índices negativos. O ICF agrega componentes de preços (índices de commodities, cotações de petróleo

e taxa de câmbio, por exemplo) e variáveis de mercado, como índices nacionais e internacionais de bolsas, medidas de risco-país e o comportamento das taxas de juros aqui e no exterior.

A única diferença do índice do ASA em relação ao do BC é um ajuste feito para incorporar a estimativa de que o juro neutro (aquele que nem estimula nem contrai a economia) no Brasil e no mundo caiu, explica Gustavo Ribeiro, economista-chefe da gestora. Com essa queda, o ASA avalia que o juro brasileiro de um ano não está mais ciando contribuição estimulativa.

Além de mostrar uma síntese do comportamento dos mercados, índices de condições financeiras são considerados bons antecedentes do desempenho da atividade. "As condições financeiras desempenham um papel crucial nos ciclos de negócios, refletindo não apenas a situação econômica atual, mas também as expectativas do mercado em relação ao estado futuro da economia", apontou o BC em boxe do Relatório de **Inflação** do primeiro trimestre de 2020 que apresentou a metodologia do seu índice.

Juros mais altos encarecem empréstimos. Um câmbio muito volátil e desvalorizado tira previsibilidade das empresas que exportam e importam, além de encarecer compras externas de bens de capital. Ações em baixa tendem a diminuir a capacidade das empresas de investir e levantar recursos.

Para o ASA, o impasse sobre o Orçamento de 2021, aprovado com despesas obrigatórias em nível irrealista para elevar recursos destinados a emendas parlamentares, piorou a percepção de risco sobre as contas públicas, o que tem resultado em aperto das condições financeiras. "A insistência em buscar o "fake", tanto no cronograma de vacinas, como no Orçamento, é o caminho certo para retardar a recuperação da economia e impulsionar a **inflação**, levando ao aumento contínuo da taxa de juros", afirmou o grupo de investimentos que tem o ex-secretário do Tesouro Carlos Kawall como diretor.

Com visão mais pessimista do que o consenso de mercado, a gestora trabalha com alta de 2,3% do **PIB** em 2021. Em conjunto com a manutenção de um ambiente de prêmio de risco elevado, a incompetência da estratégia de vacinação do governo e o surgimento de variantes do coronavírus tendem a reduzir o ritmo

de retomada no segundo semestre, avalia o ASA.

Em sua mais recente revisão do cenário, o Bradesco afirmou que um desfecho positivo para as questões fiscais e para o manejo da pandemia tem potencial para acelerar o crescimento e surpreender positivamente. Contudo, por ora, dúvidas têm prevalecido na formação de preços de ativos, pressionando as condições financeiras e as perspectivas para a atividade e o nível de preços.

"Estamos vendo um câmbio mais depreciado que no fim do ano passado, o risco-país e juros mais altos. Se não tivermos sinalização de melhora, especialmente do risco fiscal, o cenário de recuperação para o segundo semestre e para 2022 pode ser comprometido", diz Luana Miranda, economista da GAP Asset.

Segundo Igor Velecico, econo-mista-chefe da Genoa Capital, a variável financeira mais importante como antecedente do **PIB** seria o comportamento das taxas de juros, principalmente as de curto prazo. Enquanto a curva de juros de longo prazo é mais afetada pela piora da percepção sobre as contas públicas, as taxas de um a dois anos subiram em resposta à sinalização de que o Comitê de Política Monetária (Copom) vai continuar elevando a Selic, diz Velecico, após o ajuste de 0,75 ponto já feito em março.

Em seus cálculos, cada um ponto de aumento da taxa Selic "retira" também um ponto de crescimento do **PIB** ao longo de quatro trimestres. "Se a Selic fica parada um ponto acima de onde estava antes, isso retira cerca de 0,25 ponto de **PIB** por trimestre, ou 0,5 a 0,6 ponto por ano. É um impacto razoável", afirma ele.

Para o economista, a defasagem da transmissão da política monetária para a atividade é pequena, de um trimestre. Assim, em sua visão, o efeito da alta já ocorrida na Selic vai se manifestar no período de abril a junho, que já deve ser o mais afetado pelas medidas de isolamento social. Por isso, a Genoa trabalha com retração de cerca de 1,5% do **PIB** no segundo trimestre em relação ao primeiro, feitos os ajustes sazonais. No ano, a expectativa é de crescimento de 3%, contando com avanço da vacinação e reabertura maior da economia no segundo semestre.

O desempenho mais positivo dos dados de varejo e serviços no começo do ano deve garantir crescimento de 3,3% do **PIB** em 2021, mesmo com uma retomada não tão expressiva na segunda metade do ano, avalia Luana, da GAP. Para ela, a disponibilidade de vacinas e a evolução da pandemia serão os principais determinantes do ritmo de recuperação no terceiro e quarto trimestres, enquanto o aumento do risco fiscal representaria ameaça maior ao crescimento do

próximo ano.

"Se tivermos um cenário de deterioração fiscal, haverá impacto direto sobre câmbio, preços e política monetária. Se o Banco Central tiver que subir mais os juros, isso pode ser entrave ao crescimento, principalmente no ano que vem", alerta a economista.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Fim do alívio

Índice de condições financeiras mostra cenário de aperto



Fonte e elaboração: ASA Investments

Em um ano, Bolsonaro pode trocar até 8 ministros para eleições de 2022



Onyx Lorenzoni, ministro da Secretaria-Geral, e o presidente Jair Bolsonaro em evento de apoio a hospitais, em Brasília. Real Spirentel - 25.mar.21 / Folhapress

Os ministros que devem deixar seus postos



Tereza Cristina (DEM)
Agricultura
Deve tentar uma vaga no Senado



Onyx Lorenzoni (DEM)
Secretaria-Geral
Pretende disputar o governo do Rio Grande do Sul



Rogério Marinho (sem partido)
Desenvolvimento Regional
Deve tentar o governo do Rio Grande do Norte ou uma cadeira no Senado



João Roma (Republicanos)
Cidadania
Deve buscar a reeleição como deputado federal



Flávia Arruda (PL)
Secretaria de Governo
Pode tentar o governo do Distrito Federal ou o Senado



Damares Alves (sem partido)
Mulher, Família e Direitos Humanos
Cogita-se que possa tentar a Câmara dos Deputados



Tarcísio de Freitas (sem partido)
Infraestrutura
É cotado para o governo do Distrito Federal ou vice de Bolsonaro



Ricardo Salles (sem partido)
Meio Ambiente
Possível nome para a Câmara dos Deputados

Daniel Carvalho - Brasília

Depois de promover a troca de seis ministros de seu governo, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) já tem anotada na agenda uma nova **reforma ministerial** que terá que colocar em prática daqui a um ano.

Em abril do ano que vem, deverá mudar cerca de um terço de seu ministério, já que sete ou oito dos 23 integrantes do primeiro escalão devem concorrer nas eleições 2022.

Pela legislação, o ministro que vai disputar vaga de deputado, senador, governador, presidente ou vice-presidente tem que se desligar da pasta que comanda seis meses antes das eleições, previstas para outubro.

Para enfrentar o ex-presidente Lula (PT), Bolsonaro quer montar palanques fortes nas principais cidades do país, em especial no Nordeste, articulação que já está sendo colocada em curso.

Experimentados nas umas, Tereza Cristina (Agricultura), Onyx Lorenzoni (Secretaria-geral), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), João Roma (Cidadania) e Flávia Arruda (Secretaria de Governo) são nomes elencados por ministros, parlamentares, presidentes de partido e assessores do Palácio do Planalto e de ministérios ouvidos pela Folha nas últimas duas semanas.

Também há ministros que ainda não passaram pelas urnas, como Ricardo Salles, do Meio Ambiente, Damares Alves, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura.

Hoje, eles não têm filiação partidária. Pessoas relacionadas ao governo citam Salles e Damares como possíveis nomes para vagas na Câmara dos Deputados, e Tarcísio para governador do Distrito Federal ou até vice na chapa presidencial de Bolsonaro.

Inicialmente, Bolsonaro queria como parceiro alguém sem vínculos políticos para reduzir as chances de ser traído.

A volta de Lula ao jogo político, porém, pode fazer com que o presidente mude seus planos para evitar

debandada do centrão, bloco que hoje está em sua base aliada, mas tende a se aproximar de quem considerar ter mais chances de vitória.

Interlocutores de Damares dizem que ainda não há qualquer previsão de que ela se candidate. Já quem conversou com Tarcísio nos últimos dias afirma que ele está convicto de que não disputará cargo algum e que, deixando o governo, quer passar um tempo na iniciativa privada.

Salles, que foi expulso do Novo em maio de 2020, deve se filiar ao partido que Bolsonaro escolher, já que o presidente não conseguiu criar o Aliança pelo Brasil.

Depois de trocar seu quarto mandato na Câmara pelo Ministério das Comunicações, Fábio Faria (PSD-RN) não deve encarar as urnas no ano que vem, segundo duas fontes ligadas ao ministro.

Os demais integrantes do primeiro escalão que irão disputar um cargo ainda têm questões a resolver até a oficialização das candidaturas.

Derrotado ao tentar se reeleger deputado em 2018 depois de se desgastar com a relatoria da reforma trabalhista do governo Michel **Temer** (MDB), Rogério Marinho deve tentar o governo do Rio Grande do Norte ou uma cadeira no Senado, Casa que em 2022 só terá uma vaga por estado.

Marinho ingressou no governo Bolsonaro como secretário especial de Previdência e, depois, assumiu o Ministério do Desenvolvimento Regional, pasta de grande relevância política pelo volume de obras, especialmente no Nordeste, base do ministro.

Por causa dessas obras Marinho vive em um cabo de guerra por orçamento com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que tenta preservar o teto de gastos públicos.

Diante da postura do PSDB de se manter independente do governo Bolsonaro, Marinho deixou a legenda quatro meses depois de ser alçado a ministro, em junho de 2020.

"O fato de me encontrar desde fevereiro de 2019 investido no cargo de secretário especial e depois como ministro do governo federal me levou a um afastamento da vida orgânica do PSDB. Por essa razão, me desfilei do partido", disse Marinho à época.

Até agora, não se filiou a outra legenda e as opções para nova filiação dependem do cenário na época da disputa.

Dois ministros que estão hoje no DEM também devem

encarar as urnas no ano que vem. A expectativa é que Tereza Cristina (MS) tente um assento no Senado.

De acordo com um integrante da cúpula do partido, porém, ela ainda precisa conciliar sua convivência na sigla em Mato Grosso do Sul com Luiz Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde que se tornou crítico de Bolsonaro. Mandetta é cotado internamente para integrar a chapa de uma candidatura de centro.

Onyx Lorenzoni pretende disputar o governo do Rio Grande do Sul, mas o plano pode ser alterado se ele for convocado a coordenar a campanha de Bolsonaro em 2022.

Interlocutores do ministro dizem que, caso ele seja chamado para ajudar nesta coordenação, é possível que tente conciliar as duas atividades.

Nos dois cenários, políticos ligados à cúpula do DEM acham inviável que ele continue no partido, que não pretende apoiar Bolsonaro em 22.

Já João Roma, que teve seu nome ventilado para disputar o governo da Bahia, deve tentar a reeleição como deputado federal pelo Republicanos.

Se fosse buscar o comando do estado, Roma teria que enfrentar o ex-prefeito de Salvador e presidente nacional do DEM, ACM Neto, de quem era aliado até assumir o Ministério da Cidadania, em fevereiro.

Integrante do governo há cerca de três semanas, Flávia Arruda é apontada como candidata de Bolsonaro ao governo do Distrito Federal.

Pessoas próximas à deputada de primeiro mandato pelo PL, porém, dizem que ela pode tentar o Senado e que a definição será feita mais adiante.

Em sua função atual, além de ter a responsabilidade de resolver pepinos com o Congresso, como é o caso do Orçamento 2021, Flávia comanda a pasta que faz a distribuição de cargos e emendas a parlamentares, papel de destaque em ano pré-eleitoral.

Nenhum dos ministros citados na reportagem quis dar declarações sobre suas pretensões eleitorais em 2022.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49501>